



Anais da Assembléia

Nº 127

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE SETEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volodimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdormiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Viela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hemas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - **(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 35ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

As quinze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, João Iensen, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Severino Félix (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, César Silvestri, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Élio Rusch, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, José Alves, Lygia Pupatto, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus e Toti Colaço (14). Em licença os Senhores Deputados Albino Corazza e Rafael Greca de Macedo (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento da votação da Proposição n° 075/92, constante da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária desta data.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) JOSÉ TAVARES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação da Proposição n° 075/92, constante da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária de hoje. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 068/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 158/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que proíbe a distribuição, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o metanol (álcool metílico). Com Relatório da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 167/92

Curitiba, 29 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 129/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 158/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo vedar a distri-

bução, comercialização e a utilização do produto químico Metanol - $\text{CH}_3 - \text{OH}$, como combustível para motores, no Estado do Paraná. Visa, ainda, a adoção de providências pertinentes ao armazenamento e transporte de tal produto no território paranaense.

O plano de lei em epígrafe deixou de ser acolhido porque, pela forma como está posto e redigido, não apresenta as necessárias condições no sentido de sua plena e tranqüila executabilidade. Estabelece uma proibição e não prevê, como necessariamente teria que fazê-lo, multas ou outras formas de sanções para as hipóteses de infrações à norma.

Por outro lado, há que ser levado em conta o fato de o problema "Metanol" estar praticamente superado na atual conjuntura brasileira, visto que nas últimas safras, a produção de álcool etílico tem sido expressiva e até acima da demanda, tendo-se, inclusive, notícias da existência de grandes estoques do produto e também de sensível redução no consumo de combustíveis.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 158/91, foi publicado no D.A. n° 43, de 25.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 158/91

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício n° DTL/SAT 167/92, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto n° 068/92, aposto ao Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Dep. Algaci Túlio, que proíbe a distribuição, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o metanol (álcool metílico).

O veto foi aposto dentro do prazo regimental previsto, obedecendo todos os trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pelo encaminhamento e apreciação em Plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 193/92

Curitiba, 16 de junho de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 160/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Federal, vetei o Projeto de Lei n° 589/91, por julgá-lo, pela forma em que está colocado, inconstitucional e contrário aos interesses públicos, conforme as razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo gerar obrigatoriedade da arborização dos conjuntos habitacionais construídos pelo Estado em seus Municípios, estabelecendo, ainda, que o plantio e a manutenção das árvores serão de responsabilidade das respectivas prefeituras municipais, com mudas a serem fornecidas pelo ITCF.

Embora a matéria revista-se de significativa importância, sob os aspectos ecológico e paisagístico, sua implementação, através de normas genéricas, torna-se inócua e de difícil executabilidade, vez que de princípio, sua efetivação exigiria do ITCF a implantação de novos viveiros de mudas nas várias regiões do Estado, em função das diversidades climáticas e do solo, que tão bem as caracterizam. Para tanto, seria necessário planejamento prévio, disponibilidade financeira ou, pelo menos, previsão orçamentária, requisitos estes que inexistem para o cumprimento imediato da pretensa lei.

Outro aspecto relevante a ser considerado refere-se à inconstitucionalidade que o Projeto apresenta, quando invade a autonomia municipal, impondo obrigações aos Municípios através de normatização que é de sua competência exclusiva, conforme preceitua a Constituição Estadual, em seu art. 17, inciso I.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 589/91 foi publicado no D.A. n° 165 de 09.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 589/91

P A R E C E R:

Examinando a Proposição n° 77/92, conforme Ofício DTL/SAT n° 193/92, veto apos-

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 077/92, veto aposto ao Projeto de Lei n° 589/91, de autoria do Deputado SEVERINO FELIX, que torna obrigatório o plantio de árvores em Conjuntos Habitacionais construídos pelo Estado. Com Relatório da

to do Projeto de Lei n° 589/91, de autoria do nobre Deputado Severino Felix, que objetiva tornar obrigatório o plantio de árvores em conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, constatamos que o veto ocorreu em absoluta concordância com o artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1° do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, esta Comissão de Constituição e Justiça, considera esta Proposição em condições de ser apreciada pelo duto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 078/92, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 529/91, de autoria do Deputado JOSÉ ALVES, que autoriza o Poder Executivo a realizar procedimentos para construção de Rodovia interligando Maringá a Faxinal dos Mendes, no município de Tibagi. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 194/92.

Curitiba, 16 de julho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 165/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 529/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a realizar procedimentos com a finalidade de construir uma rodovia pavimentada, interligando Maringá a Faxinal dos Mendes, no município de Tibagi, com pistas duplas nos dois sentidos, podendo ser adotada, em tal rodovia, a cobrança de pedágio.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes que, analisando a matéria, asseverou:

"A respeito do assunto cabe-nos informar, após consulta aos setores Técnicos do Departamento de Estradas de Rodagem, que:

- 1 - Não foi elaborado nem está previsto o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica para a rodovia Maringá - Faxinal dos Mendes;
- 2 - Há projetos de Engenharia concluídos para os trechos Maringá - Kaloré com 55,6 km e São Domingos - Faxinal dos Mendes com 123,6 km, estando previsto o aproveitamento do traçado no trecho

existente entre Kaloré e São Domingos;

- 3 - Não há programação orçamentária no corrente exercício para a ligação pretendida.

Por outro lado, permitimo-nos fazer as seguintes considerações:

- a) A implantação dessa nova estrada exigiria a construção de 179,2 km nos segmentos virgens, bem como a reformulação das condições de capacidade do trecho existente;
- b) Embora possa oferecer vantagens em termos de topografia e de encurtamento da extensão a ligação Faxinal dos Mendes - Maringá seria de certo modo paralela a BR-376, Rodovia do Café.
- c) A implantação da rodovia em pista dupla em 1ª classe, segundo as normas do DER, só se justificaria em condições muito especiais e para um alto volume de tráfego, o que não é o caso da estrada proposta;
- d) A cobrança de pedágio é uma operação bastante complexa e onerosa, ainda não concretizada em nenhuma rodovia no Estado do Paraná, nem mesmo nas BR's 116 e 277; segundo estudos de outros órgãos rodoviários a arrecadação desta taxa só se justificaria para um tráfego superior a 10.000 veículos diários, pois abaixo desse limite é antieconômico."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 529/91 foi publicado no D.A. n° 153 de 20.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 529/91

P A R E C E R:

Senhor Presidente.

Procedemos a necessária análise, no âmbito desta CCJ, do veto aposto pelo Governador do Estado ao PL n° 529/91 de autoria do Deputado José Alves.

O veto governamental ocorreu em observância dos prazos constitucionais, merecendo portanto, ser acolhido por este Poder Legislativo, cabendo ao Plenário sua apreciação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão se manifestar votando com as cédulas que contém a expres-

são SIM.

Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar, utilizando para votação as cédulas que contêm a expressão NAO.

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Secretário, só para informar: a Deputada Lygia Pupatto, mais os Deputados que fazem parte da comissão formada ontem, estão a trabalho, a serviço desta Assembléia.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Trinta e sete Senhores Deputados exerceram o direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Designo os Deputados Orlando Pessuti, Manfrinato e Troian, para comporem a comissão escrutinadora.

Votaram trinta e sete Senhores Deputados. Pela manutenção do Veto: 22; e pela rejeição do Veto: 13.

Rejeitados os projetos e mantidos os vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 14.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Paulo Maia, Toti Colaço, Antônio Costenaro Neto, Emilia Belinati, Hermas Brandão, Luiz Carlos Martins, Nilton Barbosa, Nelson Justus e Oswaldo Trevisan. O Senhor Presidente deu por aberta a sessão, colocando a Ata da sessão anterior em discussão e votação. - APROVADA. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 224/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 225/92, do Poder Executivo. O Deputado Paulo Maia pede a palavra para manifestar sua posição com relação a estas mensagens

oriundas do Poder Executivo. É favorável ao reajuste, mas contrário à forma como o Governo do Estado usa esta Casa como "afogadilho", enviando tais mensagens, somente ontem, para que hoje sejam votadas, sem que possam ter tempo para discutir. Faz registrar em ata, que não mais votará mensagens com essa prática, não sendo mais cúmplice deste tipo de situação. A Deputada Emilia Belinati concorda com o Deputado Paulo Maia e diz que o Governador anuncia o reajuste com três semanas de antecedência, criando expectativa nos funcionários públicos e chega para ser votado de última hora. Não sente condições de votar estes Projetos. O Deputado Paulo Maia complementa, dizendo que quem leu tem receio em votar. O Deputado Nelson Justus diz que os servidores não entenderão se não votarem, mas acredita ser esta, uma prática nada ética. O Senhor Presidente dá razão a tudo o que foi dito, lembrando que esta C.C.J. está presa à Constituição e ao Regimento Interno. Diz ser impossível um diálogo com o Senhor Governador, pois não aceita. O Deputado Luiz Carlos Martins faz, dos argumentos do Deputado Paulo Maia, da Deputada Emilia Belinati e do Deputado Erondy Silvério, os seus argumentos, dizendo que o Governador não quer diálogo com o Poder Legislativo. O Senhor Deputado Erondy Silvério diz que as mensagens deveriam chegar com pelo menos, quinze dias de antecedência, cabendo ao Presidente desta Assembléia Legislativa, colocar isto para o Senhor Governador, pois já houve uma renúncia do Presidente desta Comissão por este motivo, e continuará assim. A Deputada Emilia Belinati propõe que venha alguém da Secretaria da Administração fazer uma exposição aos Deputados para que saibam com maior clareza o que se está votando. O Deputado Nilton Barbosa diz ser justo. O Deputado Paulo Maia diz ser o Legislativo outro Poder, não o prolongamento do Executivo, podendo exigir esta exposição, pois ao mesmo tempo que se tem um reajuste de 25%, tem-se também perdas. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer do Senhor Deputado Nelson Justus - APROVADO, votando com restrições os Senhores Deputados Paulo Maia e Emilia Belinati, conforme já mencionado nesta ata; 3) Projeto de Lei nº 226/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Substitutiva em anexo. APROVADO com os votos contrários dos Deputados Paulo Maia e Emilia Belinati, pelas razões antes mencionadas; 4) Projeto de Lei nº 227/92 do Poder Judiciário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Paulo Maia e Emilia Belinati, pelas razões já expostas; 5) Projeto de Lei nº 228/92 da Procuradoria Geral da Justiça. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Substitutiva, do De-

putado Hermas Brandão - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Emilia Belinati e Paulo Maia, conforme razões já expostas; 6) Projeto de Lei n° 229/92 do Tribunal de Contas do Estado. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Substitutiva, do Deputado Hermas Brandão - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Paulo Maia e Emilia Belinati, conforme razões já expostas. O Deputado Hermas Brandão faz registrar que também está descontente com esta situação e que no futuro se recusará a dar parecer deste modo, no "afogadilho". O Deputado Erondy Silvério disse que conversará com o Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, para que providencie reunião para a próxima semana, com o Senhor Secretário da Administração. O Deputado Nelson Justus diz ser uma coação imoral. O Deputado Hermas Brandão diz ser um desrespeito para com os Deputados. A Deputada Emilia Belinati diz que se devem votar sem discussão, é porque significa que o Poder Legislativo é totalmente dispensável; 7) Projeto de Lei n° 216/92, de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 215/92 do Poder Executivo. O Deputado Luiz Carlos Martins havia pedido vistas deste Projeto e faz considerações com relação a ele (anexo a esta ata). O Deputado Nelson Justus diz que devem ser informados; também concordando os Deputados Paulo Maia e Emilia Belinati. O Senhor Presidente determina que se aguarde respostas às considerações feitas pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, antes que o presente Projeto siga a sua tramitação normal, após aprovado por esta Comissão. O Deputado Toti Colaço propõe que os membros desta Comissão façam uma reunião com o Senhor Presidente desta Assembléia Legislativa, sobre a prática do Governo de enviar as Mensagens sempre de última hora, não sendo possível discussões. O Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos desta sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 15.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério, para a ouvida do Senhor Secretário da Administração, Doutor Luís Gastão Franco de Carvalho, que expôs motivos e discutiu sobre as Mensagens Governamentais que dispõe sobre o reajuste dos vencimen-

tos do funcionalismo público, que transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos desta Comissão no dia de hoje.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, às 13:00 horas, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Maia, Renato Adur, João Iensen e Alceu Swarowski. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei n° 186/92, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 066/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Decreto Legislativo n° 006/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 176/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 44/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 147/92, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 152/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 037/92. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 158/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 41/92. Relator Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 187/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1.007/92. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 174/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer CONTRÁRIO. O Senhor Deputado Paulo Maia requer vistas. O Senhor Presidente DEFERE. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, João Iensen, Paulo Maia e Renato Adur. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 161/92, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. 02) Projeto de Lei n° 191/92, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. 03) Projeto de Lei n° 192/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. 04) Projeto de Lei n° 173/92, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS. 05) Projeto de Lei n° 167/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 924/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS. 06) Projeto de Lei n° 166/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 923/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço

Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Nelson Garcia e Paulo Maia. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 117/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 28/92. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Renato Adur e Dirceu Manfrinato. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 200/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 53/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA

Aos cinco dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia e Paulo Maia, para realizar a 4.^a Reunião Ordinária desta Comissão. Verificada a inexistência de número legal, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos

quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Dirceu Manfrinato, Paulo Maia, Nelson Garcia, Renato Adur e João Iensen. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. O Senhor Presidente informa aos Senhores Deputados que tendo algumas Atas de reuniões anteriores para serem aprovadas; as mesmas foram aprovadas por unanimidade. A seguir o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, justifica suas ausências em reuniões anteriores por ter estado viajando, por diversos Municípios do Estado, exatamente nos dias em que foram marcadas as reuniões. O Senhor Presidente informa que será registrado em Ata. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 211/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 57/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. A leitura deste Parecer foi feita pelo Deputado Nelson Garcia, por solicitação do Senhor Presidente. 02) Projeto de Lei n° 110/92, de autoria do Deputado Eurides Moura. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 169/92, de autoria do Deputado Carlos Simões. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 172/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 174/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros. Designado novo Relator Senhor Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Com Declaração de voto contrário, no aspecto técnico, do Deputado Alceu Swarowski, ao Parecer do Relator. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos marcando outra reunião para a próxima 4.^a feira, às 13:30 horas. O Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, solicita ao Senhor Presidente que altere o horário das reuniões para as 14:00 horas, pois no atual horário fica um tanto quanto apertado para nós. Os demais Depu-

tados concordaram com a colocação do Deputado Dirceu Manfrinato. A seguir o Senhor Presidente atende a solicitação dos Senhores Deputados. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a LEGISLATIVA ATA DA 6.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Renato Adur, Antônio Annibelli e Basílio Zanusso. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 224/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 61/92. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 225/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 63/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 226/92. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL com SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 227/92, de autoria do Poder Judiciário - Ofício n° 83/92. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 228/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL com SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 229/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1388/92. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL com SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 22.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de hum mil novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob a Presidência do Senhor Deputado Alceu Swarowski e com a participação dos seguintes Deputados: Lourenço Fregonse, Emilia Belinati e Eurides Moura. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 56/92, de autoria do Deputado Renato Adur, que faculta a matrícula antecipada à 1.^a série do 1° Grau.

Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei n° 149/92, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso Supletivo a nível do 1° Grau no Município de Guairacá. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, demais Deputados membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente.
Alan Marcos Andrade - Secretário